

O autoritarismo predomina no governo



Consuelo Novais Sampaio

Doutora em História pela The Johns Hopkins University

consuly@gmail.com

As medidas adotadas pelo governo da Bahia, através do secretário de Educação, agridem a democracia duplamente: pela intransigência substituindo o diálogo e pelo autoritarismo, sinônimo de despotismo, substituindo a autoridade. Esta constatação se evidencia na falta de ética e de moral nos recentes atos do governo.

A convocação de professores em estágio probatório e Reda, para substituir os professores da rede estadual, foi a mais recente tentativa de impor a autoridade pela força do poder. Queremos crer que os convocados honrarão a categoria, construtores que são da base educacional dos nossos jovens. Em contraste, os professores em greve aguardam do governo o respeito ao direito que lhes cabe de ajuste salarial de 22,22% fixado por lei federal (11.738/08). Estão acampados no Legislativo, aguardando a revogação da espúria lei estadual (12.364/11) que os engessou até a Copa de 2014. Subliminarmente, governo e Legislativo dizem aos nossos jovens: larguem os livros; peguem a bola. É constrangedora a submissão do Legislativo ao Executivo, além de vivermos em 2011 aguardando 2014!

Não menos autoritária foi a propaganda enganosa, veiculada pelo governo em canal de TV, afirmando que os professores da rede pública estadual já haviam recebido ajuste salarial de 22% a 26%! Não explicou o milagre. Recorreu ao nosso maior veículo de propaganda – tão grande que fez Lula aliar-se a um foragido da Interpol! Ao enganar o povo através da TV, o governo da Bahia assumiu o papel de Golias contra um Davi, cujo estilingue foi posto à venda em feira pública, visando a defesa de princípios básicos da educação. Depois, revivendo o Leviatã – monstro bíblico recriado por Thomas Hobbes para caracterizar as garras do Estado repressivo que se formava no século XVII –, o governo da Bahia cortou o parco salário de professores indefesos. Ao invés de dialogar, preferiu humilhar. Tirar, ao invés de dar-lhes o que lhes pertence por lei federal, que, constitucionalmente, se superpõe à estadual, mormente quando esta foi criada posteriormente, para a defesa de

interesses circunstanciais. A humilhação a que foram submetidos os professores fortaleceu-lhes a dignidade, a honra, cujas noções transmitem aos seus alunos. É a justiça da causa que defendem – a educação, como pilar e cerne da sociedade e do próprio governo – que faz com que aguardem decisão favorável do governo.

Pelo que tem sido exposto na mídia, deseja-se que a sórdida estratégia tentada pelo secretário de Administração (jogar funcionários públicos contra seus companheiros, lembrem-se?) não faça escola. Que os professores convocados não se sintam como peças fracas e disponíveis de um exército de reserva, das quais se lança mão quando conveniente. Não permitam que sejam jogados contra seus colegas. O modo de ação do governo, manipulando a sociedade contra os que preparam os seus filhos para o futuro, é abominável, pela agressão, pela intransigência exacerbada.

Nos primórdios da atual crise global, que feriu todo o sistema financeiro do planeta após a queda do Lehman Brothers, este quarto maior banco do mundo, em desespero, reuniu-se com altos banqueiros coreanos, propondo-lhes comprar boa parte da massa podre de imóveis que, aos borbotões, eram-lhes devolvida. Convencidos de que os asiáticos aceitariam sua proposta, decepcionaram-se quando, em silêncio, eles se retiraram da mesa de negociações. Correram atrás e ofereceram-lhes maiores vantagens. O líder coreano recusou. Continuou a andar e, virando a cabeça, disse-lhes não se tratar de capital; apenas, concluiu, “não gostei do jeito como vocês conduziram as negociações”.

Parafraseando o banqueiro coreano, está claro que não só os professores, mas a sociedade não gosta do “jeito como o governo está conduzindo as negociações”. A despeito da lei da transparência é, conforme divulgado, os recursos do Fundeb ultrapassarem R\$ 900 milhões, além de vários bilhões ultimamente transferidos pelo governo federal, nada foi-nos dito sobre a aplicação de tais recursos. Que o bom senso prevaleça.